

Ata N.º	13/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 13/2017 DE 16 DE JUNHO

Aos **dezassexis** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e dezassete**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima terceira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência, e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada e registada em 14 de junho de 2017, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.^a Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) SIADAP.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação de que foram já desencadeados pelo Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) do Município, os necessários procedimentos no âmbito do subsistema SIADAP 3 para avaliação do desempenho dos trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nomeadamente mediante avaliação por ponderação curricular no que diz respeito aos anos ou biénios anteriores em que não tenha sido realizada avaliação por não aplicação efetiva da legislação reguladora da avaliação do desempenho. -----

----- **b) Sinalização vertical na sede do Município identificadora das direções para as sedes das freguesias.** -----

----- A Sr.^a Vereadora substituta Liliana Soares pediu a atenção do Sr. Presidente para o facto de ao chegar-se a Vila Nova de Paiva, sede do Município, não estar identificada a direção a seguir para Vila Cova à Coelheira, circunstância que levou a que um grupo de pessoas amigas deslocadas de outros pontos da região e que pretendiam seguir para aquela povoação e sede de freguesia, tenha seguido por direções erradas. -----

----- O Sr. Presidente informou que a situação descrita ocorre com quaisquer outras sedes de freguesia, como, por exemplo, o Touro ou Pendilhe. Esclareceu ainda que as regras de utilização e colocação da sinalização vertical estão estabelecidas no Regulamento de Sinalização do Trânsito em vigor, e aplicável pela Infraestruturas de Portugal, I.P., no qual se estipula que os sinais de direção com informação sobre os destinos de saída, indicam em primeira linha os destinos principais exteriores, ou seja, os destinos/localidades de maior relevo, e no percurso de ligação a esses destinos é que são colocados sinais de direção com indicação das localidades que vão sendo servidas pela via de circulação em causa ou com acesso pela mesma. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dois de junho de 2017** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia dois de junho de 2017. -----

----- A Sr. Vereadora Liliana Soares não participou na votação da ata dado não ter estado presente naquela reunião. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Remodelação da ETAR de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Lopes & Irmãos, Lda – Processo n.º 287 – Apreciação e votação do Auto de medição N.º 05, no valor, excluído o IVA, de € 16.094,00 – Informação n.º A – 24/2017, de 02-06-2017, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

Ata N.º	13/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

<p>----- DELIBERAÇÕES DIVERSAS -----</p> <p>----- a) Conhecimento da 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 7.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017 aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 26 de maio de 2017, no uso de competência delegada.-----</p> <p>----- DELIBERAÇÃO: O Executivo tomou conhecimento.-----</p> <p>----- b) Sónia Raquel Gomes Lisboa, de Vila Nova de Paiva – Por requerimento registado em 01 de junho de 2017 apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento, em 05 de maio de 2017, de primeiro descendente, Laura Gomes Pinto – Informação N.º 57-USC-17 de 08 de junho de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----</p> <p>----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----</p> <p>----- c) Angela Cristina Gomes Reis, de Vila Cova à Coelheira – Por requerimento registado em 23 de maio de 2017 apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento, em 29 de março de 2017, de primeiro descendente, Joana Reis Pinto – Informação N.º 56-USC-17 de 30 de maio de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----</p> <p>----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----</p> <p>----- d) Patrícia Alexandra Santos Morais, de Vila Cova à Coelheira – Por requerimento registado em 18 de maio de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 10 de maio de 2017, de primeiro descendente, Tomás Morais Alves – Informação N.º 55-USC-17 de 30 de maio de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----</p> <p>----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----</p> <p>----- e) Transporte escolar dos alunos matriculados no ensino secundário no ano letivo de 2017/2018 – Medida de incentivo a estudantes do ensino secundário – Proposta de isenção de pagamento do serviço de transporte escolar a alunos a</p>

frequentar o ensino secundário matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidenta da Câmara datada de nove de junho de dois mil e dezassete, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Para os anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017, por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 18 de setembro de 2015, foi aprovada a n/ proposta de 16 de setembro de 2015, de implementação de medidas de incentivo no domínio dos transportes escolares, no âmbito do ensino básico e secundário, nos seguintes termos, como aliás já tinha acontecido para os anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 20 de junho de 2013:

i) Que os estudantes matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar, que frequentassem o ensino secundário nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017 ficassem isentos do pagamento da comparticipação nos custos do transporte a que se refere a Portaria n.º 181/86, de 6 de Maio.

ii) Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar e de maioridade, que frequentassem o 3.º ciclo do ensino básico nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017 ficassem isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.

iii) Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, que frequentassem, nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017, quaisquer cursos noturnos no âmbito dos ensinos básico ou secundário ou equiparado, ficassem isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.

2. Tais medidas pretenderam, por um lado, amenizar a situação económica e financeira das famílias, e, por outro lado, incrementar a frequência do ensino secundário por forma a contribuir para a manutenção do Ensino Secundário que sofre o efeito da quebra demográfica na área do Município, traduzindo-se numa diminuição significativa da população escolar, nomeadamente no ensino secundário.

3. A despesa fiscal para o Município pelo incremento de tal medida, traduziu-se em cerca de onze mil e trezentos euros em cada um dos referidos anos letivos.

4. O transporte escolar é da competência dos municípios, regulado nos termos do regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, pela Lei n.º

Ata N.º	13/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

13/2006, de 17 de Abril, e pelos Decretos-Leis n.ºs 186/2008, de 19 de Setembro, 29-A/2011, de 1 de Março e 176/2012, de 2 de Agosto, dispondo o n.º 1 do seu artigo 3.º que o transporte escolar é gratuito somente até ao final do 3.º ciclo do ensino básico, para os estudantes menores que se encontram nas condições de beneficiar do serviço de transporte escolar, bem como para os estudantes com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino básico e secundário.

5. Tal significa que apesar do alargamento da escolaridade obrigatória dos 9 para os 12 anos de escolaridade introduzida pela Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, o serviço de transporte escolar dos alunos do ensino secundário não é gratuito, continuando a ser participado pelos interessados nos termos da Portaria n.º 181/86, de 6 de Maio, a qual estabelece que os alunos do ensino secundário abrangidos pelo serviço de transporte escolar participem nos respetivos custos, com observância do estipulado na Portaria n.º 161/85, de 22 de Março (diploma que adapta o regime de desconto a conceder nos bilhetes de assinatura para estudantes abrangidos pelo serviço de transporte escolar), nos seguintes termos:

– Em metade do custo do bilhete de assinatura fixado pela portaria que estabeleça as tarifas para os serviços de transportes coletivos, quando utilizem carreiras públicas;

– Em metade do custo do bilhete de assinatura fixado pela portaria que estabeleça as tarifas para os serviços de transportes coletivos, na modalidade mais favorável ao aluno, devendo a quilometragem considerada corresponder à distância casa-escola, quando utilizem circuitos especiais.

6. Julga-se dever continuar-se com políticas de incentivo para a frequência do ensino secundário, que de alguma forma inverta o decréscimo de alunos matriculados que se tem vindo a verificar, nomeadamente dos alunos oriundos de localidades fora do Município, e assim contribuir para a salvaguarda da manutenção do Ensino Secundário no Município, existente há já muitos anos, que em muito tem beneficiado as famílias e os jovens quer do Município quer de localidades próximas de outros municípios, e que corre o risco de poder deixar de ser viável por insuficiência de alunos.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a seguinte proposta:

1.º) Que os estudantes matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar, que frequentem o ensino

secundário no ano letivo de 2017/2018, sejam isentos do pagamento da participação nos custos do transporte escolar a que se refere a Portaria n.º 181/86, de 6 de Maio.

2.º) *Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, abrangidos pelo serviço de transporte escolar e de maioridade, que frequentem o 3.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2017/2018, sejam isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.*

3.º) *Que os alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, que frequentem, no ano letivo de 2017/2018, quaisquer cursos noturnos no âmbito dos ensinos básico ou secundário ou equiparado, sejam isentos do pagamento do serviço de transporte escolar.*”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Sr. Presidente da Câmara, a publicitar adequadamente, nomeadamente junto das povoações e localidades fora da área do Município donde normalmente são oriundos alunos quer frequentam o ensino secundário. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]